

**ATA DA 50ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 8 e 9/7/2003

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: (ausência justificada)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Suraya D. Modaelli (bpp@daee.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas – SEMARH/SPA – BA (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Célia Maria Ravazzani Ribeiro – Min. Integração Nacional (célia.ribeiro@integracao.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Izabela Santana – GEMA/MA – (izabelasantana@hotmail.com)
Jorge Thierry Calazans – ANA (thierry@ana.gov.br)
Mardel Moraes Teixeira – DNIT/MT (mardelmt@brturbo.com)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)
Valter Otaviano Junior – CONJUR/MMA
Vera Lúcia Araújo Rodrigues Bezerra – IMARH/MA (vera@nemrh@uema.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 8/07/2003

Início: 9:30 h

Término: 17:45 h

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de julho de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 50ª Reunião. Deu boas vindas a todos e teceu comentários sobre as recentes reuniões do Conselho, com destaque para a XI Extraordinária. Falou sobre a importância da consolidação do Conselho como palco para realização dos debates e discussões sobre o gerenciamento de recursos hídricos no país. Iniciando a abordagem da pauta da reunião (**Anexo I**), passou ao seu item 2: eleição do Presidente da CTIL. Foi posição unânime dos representantes presentes a permanência do Dr. Julio Thadeu como Presidente para o próximo mandato, de duração de um ano, com término em 30 de junho de 2004. Com isso, passou-se ao item 3 de pauta: aprovação das atas da 47ª e 48ª reuniões; ambas foram aprovadas com modificações. Aproveitando o assunto, o Dr. Julio Thadeu questionou se o formato atual das atas das reuniões da CT estaria atendendo ao proposto no texto do novo Regimento Interno do CNRH: "ser redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas"; houve a concordância de todos. Passou então ao item 4 de pauta: apresentação sobre o tema "Análise da Convenção referente ao uso e gestão de rios compartilhados". O Dr. Julio Thadeu falou sobre os temas anteriormente elencados como importantes para serem debatidos na CTIL; dentre eles, destacou o tema da apresentação prevista, a questão dos rios internacionais, compartilhados ou transfronteiriços; convidou o

Dr. Jorge Thierry, da ANA, para fazê-lo. Em sua apresentação, o Dr. Thierry fez uma análise da Convenção das Nações Unidas sobre o direito relativo à utilização dos cursos d'água internacionais para fins outros que a navegação, passando pelos seus precedentes (**Anexo II**). Ao final, o Dr. Julio Thadeu comentou que o entendimento do governo brasileiro pela adoção do termo transfronteiriço, em detrimento de internacional, seria baseado em questões de soberania; lembrou ainda que o Brasil é signatário dos tratados da bacia do rio Quaraí, do Prata, do Amazonas, os quais deveriam pautar o posicionamento do país. Foi sugerido que o tema fosse levado para debate na CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Dando prosseguimento, foi abordado o item 5 da pauta: análise do ofício referente à Moção CBH Pardo 002/02 (**Anexo III**). A Dra. Suraya solicitou que fosse levantada a situação do PL nº 4.806, abordado no documento, na Câmara dos Deputados. O Dr. Cabral informou que o prazo para reapresentação do mesmo estaria vencendo em 31 de julho próximo. Foi consenso que a CT deveria esperar essa data para confirmar a pertinência da avaliação do PL. O Dr. Cabral sugeriu que os PLs habitualmente encaminhados para avaliação e emissão de parecer dos Ministérios, que tivessem relação com recursos hídricos, deveriam ser trazidos para conhecimento da CT. O Dr. Julio Thadeu lembrou que o assunto já teria sido tratado na CTIL e, desta forma, a Secretaria Executiva deveria providenciar a apresentação inicialmente no *site* do Conselho e, posteriormente, a CTIL elencaria os mais importantes para serem trazidos a debate. Neste momento, às 12:15 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:15 horas. O Dr. Julio Thadeu disse que a Dra. Muriel Saragoussi, Diretora do CONAMA, deverá estar presente na reunião para trazer discussão sobre encaminhamento da proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 20, de 1986. Dando prosseguimento, solicitou, em atendimento ao item 6 da pauta, que o Dr. Hugo fizesse um relato sobre os trabalhos do GT encarregado de elaborar minuta de proposta de resolução referente a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias (**Anexo IV**). O Dr. Hugo disse que havia recebido apenas uma contribuição (**Anexo V**) ao trabalho anteriormente desenvolvido e que, face ao seu conteúdo, não havia entendido como necessária uma reunião do GT. Lembrou ainda a intenção de encaminhamento do documento para apreciação e discussão no Fórum dos Comitês, em agosto próximo. Em seguida, fez uma leitura comparativa entre a proposta atual e o texto da contribuição encaminhada, destacando que alguns dos pontos levantados já teriam sido objeto de discussão anterior na CT. Com a chegada da Dra. Muriel, o Dr. Julio Thadeu propôs uma interrupção na discussão do tema para que ela iniciasse sua explanação. A Dra. Muriel disse que sua presença fazia parte de proposta de aproximação dos dois conselhos, CNRH e CONAMA, cujos assuntos se tangenciam e têm implicações mútuas. Inicialmente, falou sobre a criação, no CONAMA, de Grupo de Trabalho específico para discussão da articulação entre o licenciamento ambiental e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Prosseguindo, relatou que a Resolução CONAMA nº 20, que trata da qualidade da água, estava sofrendo processo de revisão e que, para tanto, também havia sido criado um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Dr. Roberto Monteiro. Explicou que sua preocupação era a definição do fórum mais apropriado, no âmbito do CNRH, para efetivar uma participação mais ativa nas reuniões do GT. Para proporcionar um melhor entendimento do assunto, a Dra. Muriel solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse uma apresentação sobre os trabalhos do GT. Em sua apresentação (**Anexo VI**), o Dr. Roberto destacou a importância do enquadramento dos corpos de água em classes de uso, os objetivos da revisão da Resolução e os pontos importantes em discussão. Em seguida, foi aberto espaço para comentários. A Dra. Dalvacir sustentou que deveria ser almejada uma sistemática de integração entre os conselhos. A Dra. Suraya citou o exemplo de São Paulo, onde foi criada uma Câmara de Integração com o objetivo específico de unir conselhos. A Dra. Célia Cristina sugeriu que ambos os temas deveriam ser encaminhados e discutidos no âmbito da CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, tendo em vista sua adequação aos temas. Ao final, ficou definido que a versão atual da proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 20 será encaminhada a todos os conselheiros do CNRH, para conhecimento e com solicitação de sugestões e de participação, e que a Secretaria Executiva definirá a CT que deverá acolher o tema. A Dra. Muriel agradeceu a oportunidade, ensinou que os trabalhos conjuntos se frutificassem e que cada Conselho normatizasse em sua competência. Dessa forma, foram retomadas as discussões sobre o item 6 da pauta: discussão de minuta de proposta de resolução referente a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias. O Dr. Hugo propôs que fosse mantida a estrutura da proposta do GT, agregando-se contribuições advindas da proposta encaminhada. A Dra. Maria Luiza solicitou a palavra e expôs os pontos de vista adotados quando da elaboração da proposta encaminhada; disse

que a intenção da proposta seria deixar claros os critérios gerais que deveriam ser adotados pelos comitês em seus respectivos regimentos, como forma de proporcionar a integração de procedimentos entre seus pares. A Dra. Dalvacir referiu-se ao inciso VII, art. 1º, da proposta elaborada pelo GT, e disse não entender a insistência ao obediência às legislações estaduais, uma vez que a gestão de recursos hídricos é feita por bacia e não sobre cursos de água, que são os que têm o domínio definido pela Constituição. A Dra. Sonáli relembrou que a interdependência seria a forma estabelecida pela lei para o relacionamento entre comitês. Os debates prosseguiram, mas não ocorreram conclusões consensuais; com isso, a discussão do tema foi suspensa e adiada para o dia seguinte da reunião. Foi ressaltada a importância do encaminhamento de um documento sobre o assunto para debate na reunião do Fórum dos Comitês, prevista para agosto. Passou-se então ao item 7 da pauta: elaboração de resposta ao ofício encaminhado pela CTCOB (**Anexo VII**). Ficou evidenciado que os trabalhos do GT não teriam sido suficientemente finalizados. Em que pese o término do prazo para resposta solicitado pela CTCOB em 15 de julho próximo, ficou definido que o GT deveria se reunir novamente no dia 11 de julho próximo, às 14:30 horas, no miniauditório da SRH/MMA; ficou definida a coordenação a cargo da Dra. Célia Cristina. A composição do GT foi ratificada da seguinte forma: Dra. Célia Cristina, Dr. Wilson, Dr. Hugo, Dra. Dalvacir, Dr. Marley, Dr. Otaviano e Dra. Maria Luiza. Nesse momento, às 17:45 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos e encerrou os trabalhos do primeiro dia de reunião.

DATA: 9/07/2003

Início: 9:20 h

Término: 17:10 h

Às nove horas e vinte minutos do dia nove de julho de 2003, o Dr. Julio Thadeu abriu o segundo dia de trabalho da 50ª reunião da CTIL. Iniciou solicitando algumas definições relativas a assuntos decorrentes das últimas reuniões do Conselho: a) novo número máximo de componentes para as CTs – ficou acertado que o mandato dos novos membros das Câmaras deverá ser coincidente com o dos respectivos atuais e também, que as suplências deverão ser novamente definidas, quando possível; b) questão do encaminhamento de solicitação de parecer sobre interpretação do § 4º, art.21. da Lei nº 9.984, de 2000 – a Secretaria Executiva deverá encaminhar a solicitação à PGE da ANA e à CTIL, com posterior envio à CONJUR/MMA, que então formalizaria seu parecer. Solicitou também uma definição quanto aos estados que deverão ser convidados a expor na CT sobre a respectiva situação do gerenciamento de recursos hídricos; ficou definido convite ao Paraná e a Pernambuco. Com isso, passou ao item 1 da pauta do dia: apresentação sobre situação do gerenciamento de recursos hídricos no estado do Maranhão. Solicitou à Dra. Izabela Santana, da Gerência de Meio Ambiente do Estado, que iniciasse sua apresentação. A Dra. Izabela, em sua apresentação (**Anexo VIII**), focalizou a situação institucional e legal dos recursos hídricos no seu estado, além de salientar os principais desafios a serem cumpridos; destacou a importância do apoio político do CNRH, da SRH/MMA e da ANA na implementação do Conselho estadual e na regulamentação da lei de recursos hídricos do estado. Em seguida, foi aberto espaço para perguntas e sugestões. Foi sugerido que o estado providencie a elaboração de um cadastro de usuários da água e a instalação do Conselho como passos iniciais para, então, se partir para a regulamentação da lei estadual. O Dr. Julio Thadeu falou sobre a intenção de se iniciar estudos, no âmbito da CT do Plano Nacional, sobre a definição de unidades de planejamento e gestão para nortear incentivos à instalação de comitês em bacias de rios de domínio da União. O Dr. Reginaldo sugeriu à Dra. Izabela o agendamento de reunião na ANA para o estudo da forma de auxílio da Agência à implementação da política de recursos hídricos do Estado. O Dr. Julio agradeceu a presença da Dra. Izabela e propôs retorno ao debate sobre a relação institucional entre comitês. O Dr. Hugo solicitou a distribuição de uma proposta de texto conciliativo (**Anexo IX**) entre as duas propostas em discussão no dia anterior, por ele elaborada; em seguida leu o texto e teceu comentários. O Dr. Otaviano observou que a CONJUR/MMA teria objeções relativas a institucionalidade do texto apresentado, por ferir o princípio da reserva legal; disse que como proposta de resolução o documento estaria inovando, o que não seria de sua competência. Ocorreram discordâncias sobre a questão da proposta estar inovando. A Dra. Maria Luiza, por sua vez, expôs que a obrigação de criação de mecanismos de articulação nos regimentos dos comitês seria uma inovação; observou que a Lei nº 9.433, de 1997, não dispõe sobre regras para os conselhos estaduais, mas estabelece diretrizes que deverão ser seguidas. O Dr. Julio Thadeu lembrou que a proposta a ser encaminhada ao Fórum não seria definitiva uma vez que estariam sendo esperadas contribuições, além de programada a continuidade dos debates no âmbito da CTIL. O Dr. Reginaldo solicitou registro do protesto da ANA com relação ao encaminhamento ao Fórum da proposta apresentada, uma vez que não houve tempo para

uma análise mais detalhada da mesma. Após debates, objetivando uma melhor análise do assunto, foi acordada nova reunião do GT, agendada para o próximo dia 23 de julho. A composição do Grupo foi ratificada da seguinte forma: Dr. Hugo (coordenador), Dr. Reginaldo, Dr. Otaviano, Dra. Cristina Yuan, Dra. Maria Luiza, Dra. Dalvacir, Dr. Wilson, Dr. Roberto Monteiro e Dr. Marley. O GT deverá trazer uma proposta de resolução para a próxima reunião da CT a qual, após análise, deverá ser encaminhada ao Fórum de Comitês. Ficou determinado que, após contribuições advindas do Fórum, a proposta retornará para discussão na CT, para apreciação das contribuições agregadas e elaboração de proposta final para encaminhamento à Plenária do Conselho, em sua reunião prevista para segunda quinzena de setembro. Foi proposta pausa para almoço, às 12:30 horas. O retorno ocorreu às 14:35 horas, com o início da apresentação, pelo Dr. Jessé, sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no estado de Sergipe, item 2 da pauta do dia. Em sua apresentação (**Anexo X**), o Dr. Jessé fez um histórico da gestão de recursos hídricos no Estado, falou sobre os instrumentos da política estadual, sobre o Conselho e também sobre o Regimento Interno do Comitê da Bacia do rio Sergipe, de domínio do Estado. Nos debates, foi dado destaque para a forma adotada no Estado para resolução de conflitos entre comitês, para a participação do Ministério Público na composição dos comitês de bacias de rios de domínio do Estado e também para o equacionamento, via financiamento, da questão de acesso ao fundo de recursos hídricos. O Dr. Julio Thadeu agradeceu ao Dr. Jessé e passou então ao item 3 da pauta do dia: discussão sobre o tema "competências normativas do CNRH e da ANA". O Dr. Reginaldo esclareceu que a CONJUR/MMA e a PGE/ANA estariam se reunindo para elaboração de documento conjunto sobre o tema, que deverá ser encaminhado à CT. O Dr. Julio Thadeu disse entender a pertinência de se buscar um entendimento prévio entre os dois entes do mesmo Ministério, para depois trazer a discussão para o âmbito da CTIL. Solicitou que fossem envidados esforços para se ter um documento, mesmo inicial, na próxima reunião; o Dr. Reginaldo se comprometeu a tanto. Passou-se ao item 5 da pauta do dia: continuidade da revisão da Resolução nº 5. O Dr. Julio Thadeu opinou se seria oportuno, nesse momento, o retorno à revisão da Resolução nº 5, como um todo. A Dra. Dalvacir sugeriu a divisão da discussão da resolução em duas partes: uma com temas até a publicação do ato de criação; outra sobre funcionamento e a implantação propriamente dita. Não houve consenso tampouco sobre o retorno da discussão da revisão da resolução. O Dr. Julio Thadeu solicitou retorno à decisão tomada sobre o encaminhamento a ser dado à questão trazida pela Dra. Muriel, do CONAMA, no dia anterior. O Dr. Roberto reafirmou que a intenção não seria obter um "de acordo" do CNRH ou de suas Câmaras sobre a proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 20, mas sim a disseminação dos trabalhos e que contribuições fossem agregadas. O Dr. Julio Thadeu opinou que a discussão desse tema seria um grande passo para a integração entre conselhos; disse que deveria ser dada uma resposta à Dra. Muriel. Ficou acertado que a Secretaria Executiva, além de encaminhar a versão atual aos conselheiros, procurará agendar uma reunião entre a Dra. Muriel, a Dra. Leila Gomes, Presidente da CTPOAR, e o Dr. João Carlos Simanke, Presidente da CT de Águas Subterrâneas, para discussão sobre a melhor forma de contribuição. Foi sugerida a data de 30 de julho para a reunião, quando os dois presidentes deverão estar em Brasília. Já em Assuntos gerais, o Dr. Hugo sugeriu, e foi aprovado por todos, que as atas da CT passassem a contar, ao final, com um resumo contendo as principais decisões tomadas. A Dra. Glenda informou que a ASSEMAE havia sido convidada pela ANA para participar de reunião, conjuntamente com a AESBE, para contribuir com levantamento de pontos de instalação de estações de monitoramento de mananciais superficiais com enfoque para o saneamento, em rios de domínio dos estados. Esses dados irão incorporar a rede básica de informação da ANA. Falou também sobre a assembléia nacional promovida pela ASSEMAE, em São Bernardo do Campo, que contou com várias mesas redondas, seis painéis, além da eleição da sua Diretoria e apresentações do Dr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos, e Dra. Dilma Seli, Diretora da ANA. Assim sendo, às 17:10 horas, cumprida a pauta prevista, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e deu por encerrada a reunião.

RESUMO DA REUNIÃO:

- O Dr. Julio Thadeu foi reeleito Presidente da CTIL para o mandato de um ano, com término em 30/junho/2004;
- Foram aprovadas, com modificações, as atas da 47ª e da 48ª reuniões da CTIL;
- Foi feita apresentação, pelo Dr. Jorge Thierry, sobre "Análise da Convenção referente ao uso e gestão de rios compartilhados";

- Foi ratificado que os PLs habitualmente encaminhados para avaliação e emissão de parecer dos Ministérios, que tivessem relação com recursos hídricos, deveriam ser trazidos para conhecimento da CT;
- Com relação à análise do ofício sobre a Moção CBH Pardo 002/02, ficou acertado que se esperaria a data limite de 31 de julho próximo, quando seria verificado se o referido PL nº 4.806 teria sofrido reencaminhamento na Câmara dos Deputados;
- A Dra. Muriel Saragoussi, Diretora do CONAMA, esteve presente na reunião para discutir a forma de encaminhamento, dentro do CNRH, da sua solicitação de análise e envio de contribuições à proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 20, em discussão naquele Conselho; ficou decidido que a proposta deverá ser encaminhada aos Conselheiros, para conhecimento e com solicitação de sugestões; ficou decidido também que deverá ser providenciado, pela Secretaria Executiva, o agendamento de reunião entre a Dra. Muriel e os Presidentes da CTPOAR e da CTAS, respectivamente, Dra. Leila Gomes e Dr. João Carlos Simanke, para tratar do assunto;
- A minuta de proposta de resolução sobre a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias foi reenviada para discussão no âmbito do GT;
- Também foi reenviada para nova discussão no âmbito do respectivo GT a proposta de resposta ao ofício nº 11/2003/CTCOB;
- Feita apresentação, pela Dra. Izabela Santa, da Gerência de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado;
- Feita apresentação, pelo Dr. Jessé Costa, da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado;
- A pedido dos envolvidos, Dr. Valter Otaviano, da CONJUR/MMA, e Dr. Reginaldo Miguel, da PGE/ANA, ficou adiado o debate sobre as competências normativas do CNRH e da ANA, uma vez que estariam sendo realizadas reuniões conjuntas para elaboração de documento único, a ser enviado aos membros da CT;
- Não ficou decidida a pertinência da continuidade da revisão da Resolução CNRH nº 5;
- Foi aprovada a inclusão, ao final das atas das reuniões da CT, de resumo das decisões tomadas.

Ata aprovada na 52ª reunião da CTIL, realizada em 2 e 3 de setembro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores